



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE  
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO AMBIENTAL - CMDUA

**ATA N.º 2415**

1 Aos vinte e nove dias do mês de junho do ano de dois mil e dez reuniram-se, em caráter **ordinário**, às dezoito  
2 horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do sexto pavimento das Secretarias de Obras e Viação e do  
3 Planejamento Municipal, nesta capital, os seguintes Conselheiros do Conselho Municipal de Desenvolvimento  
4 Urbano e Ambiental: **Márcio Bins Ely**, Secretário da Secretaria de Planejamento Municipal e presidindo os  
5 trabalhos; **Iara Regina Castello**, titular da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; **Jairo Werba**, titular da  
6 Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional; **Fernando Biffignandi**, titular do Departamento  
7 Municipal de Habitação; **Rosane Zottis Almeida**, titular do Gabinete do Prefeito; **Breno Ribeiro**, primeiro suplente  
8 da Secretaria do Planejamento Municipal; **René de Souza**, titular da secretaria Municipal de Gestão e  
9 Acompanhamento Estratégico; **Gilmara Muller**, segunda suplente da Secretaria Municipal de Obras e Viação;  
10 **Cibeli do Carmo**, titular da Secretaria Municipal do Meio Ambiente; **Margareth Vasata Macchi**, titular da  
11 Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; **José Euclésio dos Santos**, titular da Associação  
12 Gaúcha dos Advogados de Direito Imobiliário Empresarial; **Dino Damiani Neto**, primeiro suplente da Associação  
13 Brasileira dos Escritórios de Arquitetura; **Jaime Rodrigues**, titular, e **Nilson Lopes Coelho**, primeiro suplente do  
14 Instituto de Planejamento e Estudos Sócio Ambientais; **Sérgio Koren**, primeiro suplente do Sindicato da Indústria  
15 da Construção Civil; **Alexandre Cohen**, primeiro suplente do Sindicato dos Corretores de Imóveis; **Diogo**  
16 **Schiaffino**, titular da Sociedade de Engenharia do Rio Grande do Sul; **Jorge Larré**, titular do Sindicato dos  
17 Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Porto Alegre; **Ibirá dos Santos Lucas**, titular da Região de  
18 Planejamento Um; **Lotar Markus**, titular da Região de Planejamento Dois; **Ana Paula Borges Alves**, titular da  
19 Região de Planejamento Três; **Clarita Parizotto**, titular da Região de Planejamento Quatro; **Jorge Pereira de**  
20 **Lima**, titular da Região de Planejamento Cinco; **José Ronaldo Leite Silva**, primeiro suplente, e **Arno Claudio**  
21 **Trapp**, segundo suplente da Região de Planejamento Seis; **Eduíno de Mattos**, titular da Região de Planejamento  
22 Sete; **Dalcina Vargas**, titular, e **Leonite Ana Gheno**, segunda suplente da Região de Planejamento Oito; **Valdir**  
23 **Diego Brazeiro**, titular, e **Alceu Rosa da Silva**, primeiro suplente da Temática Organização da Cidade  
24 Desenvolvimento Urbano, e **Ana Paula Tomasi**, Secretária Executiva e relatora dos trabalhos. **Presidente** fez a  
25 abertura da sessão. Falou sobre a finalização do texto do Plano Diretor, que fora protocolado no dia. Falou sobre a  
26 importância do fato e informou que nos próximos quinze dias deveria haver ou não a apreciação de vetos parciais.  
27 Agradeceu aos conselheiros que puderam se fazer presentes uma hora antes da reunião do dia, para acompanhar  
28 a apresentação por Rosane Zottis do projeto de Lei para a instituição de Áreas de Interesse Social, envolvidas no  
29 Programa *Minha Casa, Minha Vida*. Falou da importância da lei no combate ao déficit habitacional de Porto Alegre.  
30 **Presidente** deu início à **Votação da Ata**. Questionou se havia solicitações de correções à ata da última reunião.  
31 Conselheiro **José Ronaldo** solicitou que na fala da Conselheira Anadir da folha dois e linha quarenta, que  
32 houvesse maior detalhamento. Solicitou que assim constasse: *“Anadir apresentou documentos que comprovavam*  
33 *a atuação varejista no Estado da Walmart, com registro no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - número*  
34 *de inscrição OO.063.960/0172-42; nome empresarial: Wal Mart Brasil LTDA-Sams, na Cavalhada, 4656; data de*  
35 *abertura: 25/11/2009; código e descrição da atividade econômica: Comércio Varejista de Mercadorias em geral,*  
36 *com predominância de produtos alimentícios – hipermercados; a descrição das atividades secundárias é de*  
37 *comércio varejista de produtos farmacêuticos, cosméticos, perfumaria, higiene pessoal, assim como padaria,*  
38 *confeitaria, restaurantes, lanchonetes e casas de chás. O CNPJ é a carteira de identidade de qualquer empresa e*  
39 *não é entendível que ao abrir um processo do tamanho e complexidade do solicitado, não se solicite este*  
40 *documento para averiguar a sua atividade, se varejista ou atacadista. Foi juntado também ao processo o*  
41 *documento da inscrição estadual - CAD ICMS número 096 / 3360930”*. Conselheira **Anadir** enviou e-mail  
42 informando que na folha dois, a fala das linhas 44 até 49, redigida como dela eram em realidade do Conselheiro  
43 suplente José Ronaldo. Conselheira **Iara** solicitou que na sua fala da folha dois e linha cinqüenta e cinqüenta e um  
44 fosse detalhado que referiu o empreendimento como de “interferência ambiental de nível Três” e não “de nível Três”  
45 apenas, conforme constou. Justificou que assim é a classificação apresentada pelo Plano Diretor, refrindo que a  
46 mesma não é permitida na área em questão. A ata com as retificações propostas foi colocada em votação e foi  
47 aprovada por vinte e quatro votos favoráveis, nenhum voto contrário e nenhuma abstenção. **Presidente** deu início  
48 às **comunicações**. Conselheiro **Jaime** falou sobre a importância de continuidade das obras da Cinemateca,  
49 situada no antigo Cinema Capitólio. Disse que os investimentos da Petrobrás foram interrompidos. Defendeu a  
50 valorização do cinema gaúcho e solicitou que o Município pudesse dar retorno ao representante da RP1, também  
51 para que o assunto fosse trazido ao CMDUA. Conselheiro **Arno** referiu a finalização do Plano Diretor e o papel  
52 fundamental que teve a servidora Terezinha no processo. Falou que no dia dezesseis de junho houve a aprovação  
53 na Câmara de Vereadores de isenções fiscais para a FIFA, ao que se posicionou contrário. Defendeu a  
54 necessidade de maior atenção nas aprovações, para que houvesse o benefício da cidade. Conselheiro **Lotar**  
55 informou sobre a próxima reunião do Fórum da RP2, a acontecer no dia cinco de julho na Sociedade Ginástica  
56 Navegantes. Disse que haveria a presença do Grupo de Trabalho do Quarto Distrito da SPM para fazer  
57 apresentação sobre o tema. Convidou a todos para participarem. Conselheiro **Eduíno** falou sobre as chuvas  
58 ocorridas na semana anterior. Disse que houve prejuízo à RP7, particularmente aos moradores mais pobres.  
59 Denunciou a ocupação em áreas de risco e a omissão do governo frente a esta situação. Informou que há quinze  
60 anos existe projeto do DEP e do DMAE para a área, e que o mesmo não é implementado sob justificativa de falta



## ATA N.º 2415

1 de verba. Disponibilizou arquivo fotográfico para os que se interessassem e solicitou que o assunto fosse levado ao  
2 Prefeito. Conselheira **Clarita** falou da sua satisfação pelo fato de a RP4 ter sido contemplada pela SMVOV, em  
3 período curto de tempo, para a manutenção permanente dos buracos sobre ponte. Conselheiro **Jorge** falou sobre o  
4 *e-mail* que circulou entre conselheiros, informando a não necessidade de licença para a instalação de Estações de  
5 Rádio-Bases para celulares. Questionou a veracidade da informação. Conselheira **Cibeli** informou que existiu ação  
6 judicial para a liberação apenas das antenas da empresa “Oi”. Conselheiro **Eduino** informou que fez contato com a  
7 PGM e que a liminar não é conhecida pelo município. Conselheiro **Alceu** denunciou a falta de iluminação na área  
8 do Porto Seco, e disse que na mesma esteja se instaurando área de prostituição. Disse que os pavilhões  
9 implantados pelo governo municipal têm estado ociosos. Defendeu a necessidade de instalação de creches,  
10 escolas e outros equipamentos públicos que desenvolvam a região. Fez apelo para que o governo tomasse  
11 providências. **Presidente** deu início à **Ordem do Dia**. Informou que estavam presentes na reunião representantes  
12 da Polícia Federal, tendo em vista o processo em pauta que tratava de instalação de Estação de Rádio Base de  
13 seu interesse. Informou o pedido de inversão de pauta, para priorizar a apreciação do mesmo, e este foi aprovado  
14 por dezoito votos favoráveis, nenhum voto contrário e quatro abstenções. **Processo Quatro Ponto Treze**.  
15 Expediente número 002.266514.00.0. Interessado: Superintendência da Polícia Federal do Rio Grande do Sul;  
16 assunto: ERB – “Greenfiend”; local: Avenida Protásio Alves, 9339, Campus da UFRGS. Relator: ASBEA.  
17 **Presidente** convidou o superintendente do Departamento de Polícia Federal, **Ildo Gasparetto**, a ter assento á  
18 mesa. **Ildo Gasparetto** se apresentou e agradeceu a recepção. Explicou o motivo da solicitação de prioridade ao  
19 processo, informando que existia prazo estipulado para a utilização da verba destinada ao empreendimento.  
20 Informou que a instalação da ERB era necessária para a concretização de sistema de comunicação da Polícia  
21 Federal. Deu detalhes sobre o sistema de integração de informações. Solicitou que Perito Criminal **Giovane Kranz**  
22 desse os detalhes técnicos do sistema. **Giovane Kranz** agradeceu a atenção dispensada pelo Município aos  
23 trâmites necessários à implantação do solicitado. Falou sobre o sistema “integrapol”, que tem a intenção de integrar  
24 as forças policiais. Disse que o tipo de cobertura já foi utilizado nos jogos Pan americanos e que a intenção é de  
25 seja também na Copa de Futebol de Dois Mil e Quatorze. Falou que a escolha dos pontos para a instalação das  
26 ERBs representa fator determinante do projeto e informou os locais escolhidos. Informou que houve o respeito ao  
27 meio ambiente e, particularmente no local apreciado, disse que já existia antena desativada. Falou da necessidade  
28 de diversos tipos de liberações, dentre estas licenças da Anatel, da Aeronáutica e da UFRGS. Falou sobre o curto  
29 prazo de tempo para a utilização dos recursos. Deu outros detalhes. Conselheiro **Eduino** informou que esteve no  
30 local e verificou a depredação do Morro Santana. Falou que o mesmo é patrimônio da cidade, sendo o mais alto da  
31 capital, e opinou que a instalação do equipamento pudesse ser positiva também para a preservação do mesmo.  
32 Questionou qual era a faixa de frequência e potência do equipamento. **Giovane Kranz** deu detalhes. Conselheira  
33 **Cibeli** questionou se o tipo de equipamento causava algum tipo de impacto diferenciado, quando comparado às  
34 outras antenas utilizadas na telefonia celular. Conselheiro **Dino** respondeu que não havia outro tipo de impacto.  
35 Informou ainda que pôde participar de curso onde teve conhecimento de estudos sobre as possíveis interferências  
36 negativas que antenas deste tipo possam causar à saúde. Disse que as conclusões apontam para a falta de  
37 qualquer evidência que acuse para tal fato. Conselheiro **Alceu** defendeu a necessidade de equipar a polícia da  
38 melhor maneira possível, assim como dispensar atenção ao Morro Santana. Posicionou-se favorável à aprovação.  
39 Conselheiro **Lotar** questionou qual a abrangência da antena. **Giovane Kranz** informou que havia a priorização das  
40 capitais, mas que haveria integração com as delegacias do interior do estado, com bastante articulação da região  
41 metropolitana. Deu detalhes. Conselheira **Iara** questionou se o investimento feito seria para a Copa exclusivamente  
42 ou para a cidade de uma maneira geral. **Giovane Kranz** disse que o investimento seria mantido após a Copa.  
43 Conselheira **Iara** questionou qual era a distância da antena em relação à área ocupada do Campus. Conselheiro  
44 **Dino** informou que se tratava aproximadamente de quinhentos metros. Engenheiro da Diretoria de Logística do  
45 Departamento da Polícia Federal, **André Astórea**, deu outros detalhes, informou o nome da empresa envolvida na  
46 elaboração do *software*, e disse da sua credibilidade. Conselheiro **Dino** deu outros detalhes existentes no  
47 processo, dentre eles as manifestações favoráveis de diferentes órgãos municipais. Leu o seu parecer favorável à  
48 aprovação, o mesmo foi colocado em votação e foi aprovado por vinte e cinco votos favoráveis, nenhum voto  
49 contrário e nenhuma abstenção. **Processo Quatro Ponto Um**. Expediente número 002.227253.00.9, relator: RP2.  
50 Interessado: Montaine Participações, assunto: EVU de Loteamento, local: Avenida Protásio Alves, 10537.  
51 **Presidente** informou a presença do Responsável Técnico na reunião, **Renato Friggo**, que estava presente para  
52 esclarecimentos que por ventura fossem necessários. Conselheiro **Lotar**, relator do processo, apresentou o  
53 mesmo. Informou que se tratava de solicitação de desmembramento em três lotes. Informou a localização.  
54 Informou sobre o envolvimento de área de preservação e sobre a vegetação envolvida. Falou que haveria  
55 melhoramentos no acesso. Deu outros detalhes. Responsável Técnico **Renato Friggo** deu outros detalhes do  
56 projeto. Conselheira **Clarita** manifestou a sua contrariedade com a forma como o projeto vinha apresentado no  
57 processo. Opinou que havia falta de detalhamento que gerava contradições no processo. Falou que a situação lhe  
58 causava preocupação com a preservação da área, que envolvia, por exemplo, cinco mil pés de butiazeiros e um  
59 açude que já havia sido aterrado. Falou que a área possibilitava a instalação de mais de mil e quinhentas famílias,  
60 causando impacto grande, e que por estes motivos gostaria que o processo pudesse ser melhor apresentado.



**ATA N.º 2415**

1 Solicitou diligências à SPM. Deu detalhes sobre os pontos contraditórios do processo. Conselheiro **Eduíno** opinou  
2 que o Morro já tinha sofrido crime ambiental quando da implantação da Vila dos Carroceiros pelo DEMHAB,  
3 exemplificando que ocorreu desmatamento e foram aterrados nascentes e banhados. Defendeu a necessidade de  
4 atenção ao apreciado, referindo também a necessidade de instalação de Estação de Tratamento de Esgoto.  
5 Referiu resolução feita sobre a ocupação em áreas rarefeitas e sugeriu que pudesse haver lei específica que  
6 protegesse o Morro Santana. Conselheira **Iara** opinou que tenham faltado dados importantes na apresentação do  
7 projeto, como por exemplo, a população estimada, as características da população e das casas, a delimitação dos  
8 quarteirões, a largura das vias. Questionou particularmente o tamanho do quarteirão sugerido e o caderno de  
9 encargos ao empreendedor necessários ao solicitado. Conselheira **Rosane** informou. Opinou que não estivessem  
10 bem claras as dúvidas levantadas pela Conselheira Clarita. Conselheira **Clarita** detalhou os seus questionamentos.  
11 Conselheira **Iara** questionou o envolvimento de área pública, e o que estava prevista para esta. Conselheira **Cibeli**  
12 informou que era destinada à escola, praça e área verde. Conselheiro **Lotar** informou sobre os pareceres da  
13 CAUGE existentes no processo, e as suas respectivas datas. Conselheiro **Alceu** defendeu a necessidade de  
14 diligências, considerando que a região 4 já tenha recebido agressão importante à preservação quando da  
15 implantação do empreendimento Jardim Protásio Alves, onde a área da beirada do morro fora devastada.  
16 Conselheiro **Jairo** defendeu a necessidade de atenção ao processo em pauta. Conselheiro **Dino** opinou que o  
17 processo não devesse ser comparado ao anterior, tendo em vista que o processo da pauta atendia à legislação.  
18 Conselheira **Clarita** reiterou o seu pedido de diligências e questionou a existência de laudo vegetal no processo,  
19 que referia numeração predial diversa da área em questão. Conselheiro **Eduíno** reiterou a opinião de necessidade  
20 de atenção ao apreciado. Conselheira **Cibeli** opinou que devesse haver objetividade no apreciado. Informou que o  
21 processo tratava de desmembramento da área em três lotes e que o laudo vegetal era um dos requisitos  
22 necessários ao empreendedor, com a existência de outros condicionantes posteriores. Reiterou que apreciação  
23 tratava apenas do parcelamento do solo. Conselheiro **Diego** opinou que estivesse faltando objetividade nos  
24 debates e que não entendia ao certo qual era o prejuízo argumentado pela RP4. Responsável Técnico **Renato**  
25 **Friggo** deu outros detalhes, dentre estes que a área não chegava a alcançar a subida do morro e que o documento  
26 referido pela conselheira Clarita com numeração diversa se tratava de laudo vegetal antigo e com erro de  
27 numeração. Disse que havia laudo atualizado no processo. Disse que no ano de dois mil e seis houve o primeiro  
28 pedido de diretrizes para a SPM. Conselheiro **Lotar** deu outros detalhes. Não havendo outras manifestações,  
29 **Presidente** colocou o pedido de diligências em votação e o mesmo foi aprovado por treze votos favoráveis, onze  
30 votos contrários e nenhuma abstenção. Conselheira **Cibeli** sugeriu que aqueles que tivessem dúvidas procurassem  
31 a SPM para agilizar os trâmites. Conselheiro **Eduíno** reforçou a proposta que fez ao secretário, de que pudesse ser  
32 feita resolução para reger a ocupação no Morro Santana e preservá-lo. Pelo adiantado da hora, os demais  
33 processos constantes em pauta foram adiados. Os quais eram: **Processo Quatro Ponto Dois**. Expediente número  
34 002.258164.00.7, relator: RP 5. Interessado: Frigoconsult Eng Int.; assunto: EVU de Edificação; local: Rua Capivari,  
35 1040. Adiado. **Processo Quatro Ponto Três**. Expediente número 002.290447.00.0, relator: RP6. Interessado:  
36 Claro; assunto: ERB "Rooftop"; local: Avenida João Pessoa, 209 e 211. Adiado. **Processo Quatro Ponto Quatro**.  
37 Expediente número 002.261408.00.1, relator: RP7. Interessado: Nextel; assunto: ERB "Rooftop"; local: Rua Vinte e  
38 Quatro de Outubro, 1611 e 1623. Adiado. **Processo Quatro Ponto Cinco**. Expediente número 002.301694.00.3,  
39 relator: RP8. Interessado: Viação Teresópolis Cavalhada LTDA; assunto: Reconsideração de Diretrizes; local:  
40 Avenida Cavalhada, 2655. Adiado. **Processo Quatro Ponto Seis**. Expediente número 002.325788.00.6, relator:  
41 OCDUA. Interessado: Unirriter; assunto: EVU de Edificação; local: Rua Orfanatrófió, 555. Adiado. **Processo**  
42 **Quatro Ponto Sete**. Expediente número 002.222596.00.4, relator: EPTC. Interessado: Condor; assunto: EVU de  
43 Loteamento e Edificação; local: Avenida Bento Gonçalves, 8583. Adiado. **Processo Quatro Ponto Oito**.  
44 Expediente número: 002.317851.00.0, relator: GP. Interessado: Alcea Empreendimentos; assunto: EVU de  
45 Edificação; local: Avenida Cristiano Fischer, 1402. Adiado. **Processo Quatro Ponto Nove**. Expediente número  
46 002.320938.00.5, relator: SPM. Interessado: Alcea Empreendimentos; assunto: EVU de Edificação; local: Rua Três  
47 Mil Duzentos e Onze, 99. Adiado. **Processo Quatro Ponto Dez**. Expediente número 002.324766.00.0. Relator:  
48 SMOV. Interessado: Companhia Zaffari; Assunto: Termo de Referência; local: Alcides Cruz, 110. **Processo Quatro**  
49 **Ponto Onze**. Expediente número 002.311857.00.6, relator: SMAM. Interessado: VIVO; assunto: ERB –  
50 "Greenfield"; local: Avenida França, 1283. Adiado. **Processo Quatro Ponto Doze**. Expediente número  
51 002.251627.00.6, relator: ABES. Interessado: CLARO; assunto: ERB – "Rooftop"; local: Avenida Assis Brasil, 3532.  
52 Às vinte horas e vinte minutos foram encerrados os trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e  
53 Ambiental. Eu, **Ana Paula Tomasi**, juntamente com o **Presidente**, assino e lavro a presente ata.  
54  
55

56 Ana Paula Tomasi  
57 **Secretária Executiva**

56 Márcio Bins Ely  
57 **Presidente**

58 **Retificações a esta ata aprovadas na reunião do dia 29/06/2010:**

59 **Fl.2, linha 53:** Onde lê-se "isenções fiscais para a FIFA", entende-se "isenções fiscais muito maiores que as exigidas pela FIFA".  
60